



Prefeitura Municipal de Taubaté
Estado de São Paulo

TERMO DE INCENTIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ, ATRAVÉS DO FUNDO DE APOIO AO DESPORTO AMADOR DE TAUBATÉ - FADAT, A COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DO MÉDIO VALE DO PARAÍBA - COMEVAP E A EQUIPE DE CICLISMO AMIGOS DO VALE - ECT, TENDO O OBJETIVO DE APOIAR O PROJETO “CICLISMO DO VALE” COM A APLICAÇÃO DOS RECURSOS SOBRE ISSQN OU IPTU, À VISTA DO DECIDIDO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20.937/19.

Aos 15 (quinze) dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, na Sede da Prefeitura, situada na Avenida Tiradentes, 520, Centro, Taubaté-SP, presentes de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 45.176.005/0001-08, neste ato, representada pelo Sr. José Bernardo Ortiz Júnior, Prefeito Municipal, de ora em diante designada **PREFEITURA**, de outro lado, o **CONTRIBUINTE** de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) ou do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) que tenha aplicado recurso para a realização do projeto esportivo denominado “CICLISMO DO VALE”, conforme previsto em Lei Complementar nº. 323, de 5 de novembro de 2013, regulamentada pelo Decreto nº. 13.266, de 18 de fevereiro de 2014, e suas alterações, e em atendimento ao **Edital de Chamamento nº. 09/2017**, a **COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DO MÉDIO VALE DO PARAÍBA - COMEVAP**, CNPJ nº. 46.632.451/0001-42, situado na Rodovia Oswaldo Cruz, s/nº, Km 3, Cataguá, Taubaté - SP, representada pelo Sr. Adauto do Valle Gobo, portador da cédula de identidade RG nº. 7.414.803 e inscrito no CPF sob o nº. 978.428.858-34, simplesmente denominada **INCENTIVADORA**, e a ainda a **EQUIPE DE CICLISMO AMIGOS DO VALE - ECT**, CNPJ nº. 14.809.066/0001-31, situada a Rua Presidente Getúlio Vargas, 598, Centro, Taubaté - SP, representada pelo Diretor Presidente, Sr. Marcos Alexandre Rodrigues, portador da cédula de identidade RG nº. 26.163.911-0 e inscrito no CPF sob o nº. 260.276.258-05, simplesmente denominada **EMPREENDEDORA**, celebram, à vista do decidido no **Processo Administrativo nº. 20.937/19 - Inexigibilidade nº. 81/19**), entre si as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:



Prefeitura Municipal de Taubaté
Estado de São Paulo

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Desenvolvimento de projeto esportivo não profissional financiado com base na Lei de Incentivo Fiscal do Município de Taubaté, no exercício de 2019, a fim de promover o esporte não profissional no Município de Taubaté, o que qualifica o interesse público comum atinente ao objeto aqui declarado e justifica a celebração de Termo de Incentivo.

Fazem parte integrante do presente Termo de Incentivo, o Plano de Trabalho apresentado pela Empreendedora e seu plano de Aplicação de Recursos, bem como o Cronograma Físico-Financeiro, todos constantes do Processo Administrativo nº 20.937/2019, Chamamento Público nº 16/2018, Inexigibilidade nº 81/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO INCETIVADOR

2.1 De posse do Certificado de Crédito expedido nos termos do Decreto nº 13.266, de 18 de fevereiro de 2014, art. 7º e considerando que o projeto denominado “CICLISMO DO VALE” cumpriu todas as condições estipuladas no Edital de Chamamento nº 16/2018, o INCENTIVADOR compromete-se a contribuir com o valor de **R\$ 6.878,75 (seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos)**, sendo a contrapartida de **R\$ 687,87 (seiscentos e oitenta e sete reais e oitenta e sete centavos)** provenientes de recurso de patrocinador solidário, a ser captado pelo empreendedor, obedecendo ao cronograma abaixo:

DATA DO PAGAMENTO	RECURSO INCENTIVADO
25/05/2019	R\$ 1.375,75
25/06/2019	R\$ 1.375,75
25/07/2019	R\$ 1.375,75
25/08/2019	R\$ 1.375,75
25/09/2019	R\$ 1.375,75
TOTAL	R\$ 6.878,75



Prefeitura Municipal de Taubaté *Estado de São Paulo*

2.1.1 O valor que trata o artigo anterior será depositado na conta do FAD no Banco do Brasil, Agência nº 0076-0, conta corrente nº 65247-4.

2.1.2 O INCENTIVADOR comunicará ao FAD a realização do pagamento através de envio de cópia do comprovante de depósito identificado, que poderá ser por via eletrônica.

2.1.3 Se o INCENTIVADOR deixar de fazer o depósito por 02 (dois) meses consecutivos, cessará imediatamente a relação entre o INCENTIVADOR e a EMPREENDEDORA (responsável pelo projeto CICLISMO DO VALE) caberá à Prefeitura passar a cobrar automaticamente e somente o imposto devido que restar no presente ano, compreendido neste termo de Termo de Incentivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPREENDEDORA

3.1 À EMPREENDEDORA caberá a prestação de contas mensal, no prazo de 15 (quinze) dias, do valor recebido, nos termos das Instruções nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sob pena de rescisão do presente Termo de Incentivo.

3.1.1 Não será aprovada na prestação de contas a aplicação dos recursos em caráter pessoal para:

- a) Aluguel de moradia de atletas;
- b) Aquisição de gêneros de primeira necessidade e vestuários a atletas e comissão técnica;
- c) Passagens aéreas ou terrestres para traslados de atletas ou comissão técnica se deslocarem individualmente;
- d) Exames médicos, despesas hospitalares de qualquer tipo, medicamentos, ou próteses;
- e) Pagamentos a terceiros que não sejam de funções específicas da Comissão Técnica e que suas despesas não sejam superiores a 30% do pleiteado.
- f) Equipe ou atleta individual cujo domicílio seja fora da cidade de Taubaté.



Prefeitura Municipal de Taubaté *Estado de São Paulo*

- g) Que impliquem na ocupação de equipamentos, espaços ou quaisquer outros recursos, cujos proprietários não tenham manifestado seu consentimento por escrito, anexado ao projeto;
- h) Que visem exclusivamente à comercialização pública ou dirigida de ingressos para a realização de eventos esportivos, salvo quando os mesmos comprometerem, previamente, a destinação de 70% da renda auferida ao Fundo de Assistência ao Desporto Amador - FAD;
- i) apresentados por atletas praticantes de modalidades individuais que pleiteiem a captação de recursos via LIF de valor superior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- j) Contratação de funcionários.

3.2 Os valores recebidos serão considerados como conta de gestão e, portanto deverão ser contabilizados juntamente com os valores indicados no projeto como recursos próprios.

3.3 Anualmente, o Incentivador deverá apresentar o “Demonstrativo das Despesas Incorridas no Exercício”, por origem de recursos, ou seja, Verba Federal, Estadual, Municipal e Recursos próprios, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso e entregue no FADAT até 31 de Janeiro do ano subsequente ao movimento financeiro. Anexos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

3.4 Ao final do exercício deverão ser apresentados os seguintes relatórios:

- a) “Relatório Final de Participações” do ano corrente, das atividades esportivas realizadas, de conformidade com o Plano de Metas contido no Projeto inicial, com fotos, registros na mídia, como jornais e sites, sempre informando a fonte de origem.
- b) “Relatório de Metas 2019”, conforme Objetivos Gerais e Metas Competitivas 2019, descritos no Projeto e as Metas Atingidas, além de fotos e outros registros que foram divulgados pela mídia.

3.5 Os relatórios deverão ser apresentados até 30 (trinta) dias após a última prestação de contas do exercício de 2019.



R
E



Prefeitura Municipal de Taubaté *Estado de São Paulo*

3.6 A EMPREENDEDORA deve difundir a participação do INCENTIVADOR, nos termos da Lei nº 323/2013 e Decreto nº 13.266/2014.

3.7 Aplicar os saldos do Termo de Incentivo, enquanto não utilizados, obrigatoriamente em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês.

3.8 Obrigatoriamente, computar a crédito do Termo de Incentivo e aplicar as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas de ajuste.

3.9 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Termo de Incentivo, devolver à conta do FAD os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento.

3.10 Deverá a Entidade manter conta única e exclusiva para fins do Termo de Incentivo e que “os saldos de Termo de Incentivo, quando não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês”, conforme estipulado no art. 116 da lei 8.666/93 e legislação de regência.

3.11 Todos os documentos originais das despesas deverão conter carimbo indicando o número da norma autorizadora do repasse e o nome do órgão público concessor a que se refere, bem como conter carimbo de identificação do representante legal e sua assinatura, extraindo-se, em seguida, as cópias que serão juntadas nas prestações de contas. A EMPREENDEDORA, quando da entrega da prestação de contas, deverá apresentar originais e respectivas cópias para conferência;



3.12 Deverão ser encaminhados extratos bancários da conta corrente e aplicações



Prefeitura Municipal de Taubaté *Estado de São Paulo*

financeiras vinculadas ao Termo de Incentivo, Relatório Mensal de Recursos, Conciliação Bancária e Manifestação do Conselho Fiscal;

3.13 Cópias de contracheques das despesas realizadas e se as despesas forem realizadas por meio eletrônico, deverão ser apresentados comprovantes bancários da operação realizada;

3.14 Não será permitido realizar saques em espécie na conta corrente exclusiva do Termo de Incentivo, bem como movimentações bancárias que não correspondam a despesas previstas no objeto conveniado;

3.15 Para fins de comprovação de gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em datas anteriores do Termo de Incentivo e posteriores ao término do Termo de Incentivo;

3.16 Na relação de pagamentos efetuados deverá ser especificado o documento, seu número, nº do cheque, nome do favorecido, data e outros;

3.17 Anexar cópias das notas fiscais obrigatoriamente emitidas em nome da INSTITUIÇÃO, com endereço e CNPJ, devendo conter o carimbo de “recebido” e assinadas pelo Presidente da INSTITUIÇÃO;

3.18 De acordo com o Protocolo ICMS nº 85 de 09/07/2010, estão obrigadas a emitir nota fiscal eletrônica os contribuintes que realizarem operações destinadas à administração pública direta e indireta. Sendo assim, não serão aceitas as despesas emitidas através de Recibo ou Nota Fiscal Manual.

3.19 Manifestação expressa do Conselho Fiscal da Entidade ou órgão correspondente do beneficiário sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta em instituição financeira oficial;

3.20 Apresentar ao Município, até 31/01/2020, referente ao exercício de 2019, impreterivelmente, a documentação nos moldes das Instruções nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e suas alterações;





Prefeitura Municipal de Taubaté *Estado de São Paulo*

- a) Cópia dos demonstrativos contábeis e financeiros da Entidade, com a indicação dos valores repassados pela Prefeitura e a respectiva conciliação bancária da conta vinculada aos recursos, referente ao período em que os numerários foram recebidos;
- b) Comprovante da devolução dos recursos não aplicados, englobando os recursos repassados, total ou parcial, não utilizados e os rendimentos da aplicação financeira, se for o caso. A devolução deverá ser realizada dentro do exercício financeiro;
- c) Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC) comprovando a habilitação profissional do responsável pelas demonstrações contábeis e demonstrativos apresentados;
- d) Manifestação expressa do Conselho Fiscal da Entidade ou órgão correspondente do beneficiário sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em sua conta específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pela Prefeitura;

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

4.1 As ações da Prefeitura para acompanhamento do Termo de Incentivo serão realizadas através do Fundo de Apoio ao Desporto –FAD.

4.2 Ao FAD cabe a responsabilidade de fiscalizar a execução do Projeto Ciclismo do Vale, assim como a destinação dos recursos contidas no mesmo, através de seu presidente, Prof. Marcelo Gonçalves Mora, portador do R.G. nº 11.866.225-9 e C.P.F. nº 072.356.798-08.

4.3 Caberá ao FAD emitir recibo ao INCENTIVADOR das parcelas recebidas, tão logo tenha a confirmação do depósito na conta informada no item 2.1.1

4.4 O FAD se obriga, ainda, a fiscalizar o Empreendedor para que este apresente ao



Prefeitura Municipal de Taubaté *Estado de São Paulo*

Incentivador a prestação de contas mensal do valor recebido, conforme constante do Projeto Ciclismo do Vale.

4.5 Compete ao FAD comunicar à Secretaria de Administração e Finanças, mensalmente, o pagamento ou a falta deste pelo INCENTIVADOR.

4.6 O INCENTIVADOR terá a garantia de ter o seu nome difundido pela EMPREENDEDORA através das ações do FAD.

4.7 Liberar os recursos para os projetos de acordo com os cronogramas físico-financeiros correspondentes.

4.7.1 Excetuando-se a primeira parcela, as demais somente serão liberadas após a aprovação da prestação de contas da parcela anterior pela Secretaria de Administração e Finanças.

4.8 Encaminhar bimestralmente à Câmara Municipal e à Secretaria de Esportes e Lazer do Município, relatório circunstanciado sobre o andamento dos projetos apoiados com os recursos tratados pela Lei Complementar nº 323/2013 e o montante dos recursos aplicados especificamente neste projeto.

4.9 Publicar, no sítio da Prefeitura Municipal de Taubaté, junto à rede mundial de computadores, o nome empresarial e/ou marca e os valores doados pela INCENTIVADORA.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente **Termo de Incentivo** terá vigência a partir da assinatura deste Termo até 31/12/2019 podendo ser prorrogado, a critério das Partes, mediante **assinatura de Termo de Prorrogação**.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Além das sanções penais e civis cabíveis, poderão ser aplicadas multas de até 10 (dez) vezes o valor dos recursos destinados aos projetos, aos responsáveis por estes, que não



Prefeitura Municipal de Taubaté
Estado de São Paulo

comprovarem a aplicação dos recursos, ou se ficar constatado o desvio de seus objetivos, ou ainda dos recursos recebidos.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

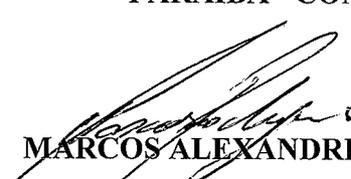
Este Termo de Incentivo poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o tornem formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir em decorrência deste Termo de Incentivo fica eleito o foro da Comarca de Taubaté, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com todas as disposições contidas no presente Termo de Incentivo, as partes assinam esse instrumento particular, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor.


JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONETIRO JUNIOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ


ADAUTO DO VALLE GOBO
INCENTIVADORA – COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DO MÉDIO VALE DO
PARAÍBA - COMEVAP


MARCOS ALEXANDRE RODRIGUES
EMPREENDEDORA – EQUIPE DE CICLISMO AMIGOS DO VALE - ECT


Milena T. Coelho Berton Daniotti
Gestor da Área de Formalização
de Atos - D.T.L.
Matrícula 24.620


Elaine Pereira da Silva
Departamento Técnico Legislativo
Matrícula: 30.612

TESTEMUNHAS: